

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

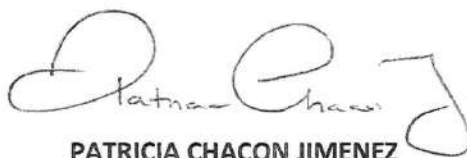
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patricia Chacon Jimenez**, membro da Diretoria, eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.



PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Domingos de Toledo Piza Falavina**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

DocuSigned by:
Domingos de Toledo Piza Falavina
Assinado por: DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA 21417587857
CPF: 21417587857
Data/Hora da Assinatura: 04/12/2023 17:46:21 BRT
ICP
Brasil
A158A2P0CC5A14C36B15EB365D216136

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

Discutigned by
Paulo Henrique Galleguillos Calderon
Assinado por: PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON 965093...
CPF: 96509335091
Data/Hora de Assinatura: 09/05/2022 14:57:12 BRT
ICP
Brasil
S0C07F234568466B547805638EAF33

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.

DocuSigned by:
Roberto de Souza Santos
Assinado por: ROBERTO DE SOUZA SANTOS 64128458791
CPF: 64128458791
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 11:02:36 BRT
ICP-Brasil
C6698072C4C7C57810D173F64C78E13

Roberto de Souza Santos

Diretor Presidente

DocuSigned by:
MARCELO BARROSO PICAÑO
Assinado por: MARCELO BARROSO PICAÑO 00488183794
CPF: 00488183794
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 08:50:15 BRT
ICP-Brasil
222318F827D48C8B75011F3DE77F430

Marcelo Barroso Picanço

CEO – Seguros

DocuSigned by:
Celso Damadi
Assinado por: CELSO DAMADI 07493531803
CPF: 07493531803
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 16:20:19 BRT
ICP-Brasil
EED2A9E7F54175D706880897678BES

Celso Damadi

**Diretor Vice-Presidente – Financeiro,
Controladoria e Investimentos**

DocuSigned by:
Lene Araujo de Lima
Assinado por: LENE ARAUJO DE LIMA 11845400880
CPF: 11845400880
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 09:58:03 BRT
ICP-Brasil
447636253300E50490268043E1E15

Lene Araujo de Lima

**Diretor Vice-Presidente – Corporativo e
Institucional**

DocuSigned by:
Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA 0473245807
CPF: 0473245807
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 15:03:28 BRT
ICP-Brasil
-CBAPCFDF519C4717A6AE1ACDA710873C

José Rivaldo Leite da Silva

**Diretor Vice-Presidente – Comercial e
Marketing**

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUCADO 85723991949
CPF: 85723991949
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 11:44:10 BRT
ICP-Brasil
-17239168BCB1448BAFAF839686032820

Marcos Roberto Loução

**Diretor Vice-Presidente – Negócios
Financeiros e Serviços**

DocuSigned by:
Assinado por: JAIME SOARES BATISTA 1824848896
CPF: 1824848896
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 08:54:44 BRT
ICP-Brasil
-265803051A34420BA20FCDA911EB987

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:
-06FCF966868C4DB...

Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA 2966547084
CPF: 2966547084
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 18:20:25 BRT
ICP-Brasil
-02C08F88A2C34D48B0A60C5168E82888

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing

DocuSigned by:
Assinado por: FABIO OHARA MORITA 12888032842
CPF: 12888032842
Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 19:11:32 BRT
ICP-Brasil
-4ED89FF8AEB543DB8F0EA818BF20E76F

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:
Assinado por: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL 06867213830
CPF: 06867213830
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 16:42:31 BRT
ICP-Brasil
-BE84F8EE8CCA18296CF8071F22A70B5

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção

DocuSigned by:
Assinado por: RAFAEL VENEZIANI KOZMA 20047091818
CPF: 20047091818
Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 08:07:13 BRT
ICP-Brasil
-E8087DA0F7EA4D539F7B19A37DAF1358

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARAES 87465787734
CPF: 87465787734
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 11:36:09 BRT
ICP-Brasil
-AD04F8424E6548E5A39551483058BA5

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHIA LAPENTA 85181464068
CPF: 85181464068
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 14:20:09 BRT
ICP-Brasil
-07C088CB0D40C48WFC3643C928F4973

Luiz Vicente Guaranhia Lapenta

Diretor de Precificação

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROGÉRIO SIRELLI 24918181804
CPF: 24918181804
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 17:23:18 BRT
ICP-Brasil
-0AABE9C696E144NCAS69890FC3C37C9F

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO SEBASTIAO DA SILVA 11288197806
CPF: 11288197806
Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 10:51:55 BRT
ICP-Brasil
-B0EF1E5E40D145ABB03A7FBE4B8A8A7

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços

DocuSigned by:
Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES 17432059876
CPF: 17432059876
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 08:22:51 BRT
ICP-Brasil
-031FBA9EAC824C828F7CDB65D351CB14

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:
Assinado por: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO 24578471871
CPF: 24578471871
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 19:11:59 BRT
ICP-Brasil
-87ABF812348E40030213AF3ED15E2103

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by:
Carolina Helena Zwarg
Signed By: CAROLINA HELENA ZWARG 2921358377
CPF: 2921358377
Signing Time: 26/04/2022 13:43:30 BRT
ICP
Brasil
F8A4380785084C85A8F8C8FF5724CB

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by:
CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM
Assinado por: CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM 05285484728
CPF: 05285484728
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2022 23:07:09 BRT
ICP
Brasil
75A229505488486A048C11CD85B38A03

Carlos Eduardo Naegli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by:
Izak Benaderet
Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET 12833030800
CPF: 12833030800
Signing Time: 26/04/2022 16:09:59 BRT
ICP
Brasil
53BC3BE3364604A42C83A363F1E190CB

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by:
NELSON SANTOS AGUIAR
Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR 21804859600
CPF: 21804859600
Signing Time: 26/04/2022 18:09:14 BRT
ICP
Brasil
83229600018C4D7686D7793F5EF42F34

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by:
Tiago Violin
Signed By: TIAGO VIOLIN 28341652887
CPF: 28341652887
Signing Time: 26/04/2022 11:43:29 BRT
ICP
Brasil
83DA580CF0C047A7A8209A828CCE2488

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by:
MARCELO ZORZO
Signed By: MARCELO ZORZO 41229164068
CPF: 41229164068
Signing Time: 27/04/2022 19:06:39 BRT
ICP
Brasil
8A01F3F36FCAD78A77F1631FD32C2DC8

Marcelo Zorzo

Diretor

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quilombos, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e os correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 16.948,9 milhões, com aumento de R\$ 1.120,7 milhões, 7,1% em relação ao ano anterior.

Despesas administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,5%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior, o que indica o aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 415,4 milhões, uma redução de R\$ 182,4 milhões, 30,5% em relação ao ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 88,6%, uma redução de 1% em relação aos 89,6% do exercício anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre foi de 86,4%, com redução de 0,3 p.p. em relação ao exercício anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de sinistralidade.

Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 1.566,9 milhões, uma redução de R\$ 144,8 milhões, 8,5% em relação ao ano anterior. O resultado por ação não apresentou variação relevante entre os exercícios, sendo R\$ 2,24 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 2,41 no exercício anterior.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara, detém, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando sua capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Inicialmente, no final de 2023, o comitê foi composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Callat, Paulo Sérgio Kalkoff e Patrícia Quirino Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Landreth Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: escopo de conteúdo, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com

grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os dois temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o planejamento estratégico e a alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social

- 1.1. Temas materiais associados:
 - Desenvolvimento das Comunidades Locais
 - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
 - Engajamento e valorização das pessoas

2. Estratégia Climática e Circularidade

2.1. Temas materiais associados:

- Descarbonização e emissões de GEE
- Gestão de Resíduos

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Investimentos Sustentáveis

4. Engajamento da Cadeia de Valor

- 4.1. Temas materiais associados:
 - Comportamento ético, integridade e compliance
 - Gestão da cadeia de valor
 - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
 - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICE-2B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhadas com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo do todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,8% nos doze meses encerrados em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de Política Monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem fortalecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção do PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda agregada é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerraram o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distúrbios riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real contra o dólar no primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela alta inflação aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal driver é a contribuição da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o JGDI total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmico que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		10.809.765	11.396.934
Disponível		95.613	59.484
Caixa e bancos	7	95.613	59.484
Equivalentes de caixa	7	317.178	51.171
Aplicações financeiras	8.1.1	726.157	2.519.269
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.081.287	6.146.871
Prêmios a receber	9.1	7.017.067	6.012.216
Operações com seguradoras		31.890	100.495
Operações com resseguradoras	5.1	32.330	34.160
Outros créditos operacionais		79.874	251.156
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	149.990	178.339
Títulos e créditos a receber		330.687	233.013
Títulos e créditos a receber	10	71.694	81.021
Créditos tributários e previdenciários	11	98.328	43.458
Outros créditos		160.175	108.534
Outros valores e bens	12	103.212	179.891
Bens à venda		3.016	80.096
Outros valores		100.897	99.799
Despesas antecipadas		92.816	110.132
Custos de aquisição diferidos		1.832.152	1.667.602
Seguros	13	1.832.152	1.667.602
Não Circulante		11.676.180	9.778.895
Realizável a longo prazo		6.972.812	5.138.392
Aplicações financeiras	8	3.972.860	2.537.059
Créditos das operações com seguros e resseguros		608.166	502.474
Prêmios a receber	9.1	608.166	502.474
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	14.834	12.557
Títulos e créditos a receber		1.989.850	1.792.771
Títulos e créditos a receber	10	185	6.070
Créditos tributários e previdenciários	11	867.331	710.554
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.119.449	1.072.890
Outros créditos		2.436	3.257
Outros valores e bens	12	217.471	195.143
Despesas antecipadas		122.073	98.388
Custos de aquisição diferidos		122.073	98.388
Seguros	13	122.073	98.388
Investimentos		2.825.529	2.860.059
Participações societárias	15	2.825.529	2.860.059
Imobilizado	16	305.794	277.156
Imóveis de uso próprio		11.881	12.094
Bens móveis		166.185	140.371
Outras imobilizações		127.728	124.691
Intangível	17	1.571.945	1.503.268
Outros intangíveis		1.571.945	1.503.268
Total do ativo		22.485.945	21.175.829

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		12.936.844	12.129.542
Contas a pagar		1.358.420	1.327.200
Obrigações a pagar	18.1	542.750	562.803
Impostos e encargos sociais a reter	18.2	543.363	443.404
Encargos trabalhistas		121.017	107.106
Empréstimos e financiamentos	19	99.777	158.711
Impostos e contribuições		36.448	50.908
Outras contas a pagar		15.065	4.268
Débitos das operações com seguros e resseguros		821.430	680.254
Prêmios a restituir	21	21.780	10.969
Operações com seguradoras		21.766	12.885
Operações com resseguradoras		80.443	83.819
Corretores de seguros e resseguros	21.1	631.192	530.814
Outros débitos operacionais		55.847	41.747
Depósitos de terceiros	20	50.500	54.532
Provisões técnicas - seguros	22	10.682.524	10.036.959
Danos		9.802.344	9.239.059
Pessoas		423.278	426.197
Vida individual		386.902	370.903
Outros débitos		13.970	30.597
Débitos diversos	24	13.970	30.597
Não Circulante		2.792.549	2.491.559
Contas a pagar		507.538	434.672
Obrigações a pagar	18.1	140.727	122.735
Tributos diferidos	11.1.3	299.818	301.409
Empréstimos e financiamentos	19	67.193	10.528
Provisões técnicas - seguros	22	1.194.581	1.022.038
Danos		1.068.716	888.515
Pessoas		90.551	100.996
Vida individual		35.314	32.525
Outros débitos		1.090.420	1.034.851
Provisões judiciais	23.1	976.112	928.403
Débitos diversos		114.318	106.448
Patrimônio líquido		8.756.552	6.554.728
Capital social	25	3.534.799	2.210.885
Aumento/redução de capital (em aprovação)		175.500	1.423.914
Reservas de avaliação		(223)	1.650
Reservas de lucro		3.226.723	3.021.679
Ajustes de avaliação patrimonial		(280.247)	(103.400)
Total do passivo e patrimônio líquido		22.485.945	21.175.829

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	26	16.948.941	15.828.202
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	(690.278)	(859.444)
Prêmios ganhos	26	16.258.663	14.968.758
Sinistros ocorridos	28	(7.923.977)	(7.456.013)
Custos de aquisição	29	(3.787.225)	(3.304.487)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(212.282)	(215.832)
Resultado com resseguro		(64.359)	(33.099)
Receitas com resseguro		70.515	114.411
Despesas com resseguro		(134.855)	(187.507)
Despesas administrativas	31	(2.037.060)	(1.919.310)
Despesas com tributos	32	(437.998)	(426.537)
Resultado financeiro	33	415.352	597.710
Resultado patrimonial		288.475	511.450
Resultado operacional		2.494.533	2.608.860
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.781)	(1.442)
Resultado antes do imposto e participações		2.492.752	2.607.418
Imposto de renda	11.2	(267.259)	(305.093)
Contribuição social	11.2	(164.320)	(179.467)
Participações sobre o lucro		(474.278)	(410.986)
Resultado do exercício		1.566.917	1.711.672
Quantidade de ações		689.236	709.063
Resultado por ação básico e diluído	36	2.249	2.414

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	1.566.917	1.711.672
Outros resultados abrangentes	(176.847)	100.119
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(158.787)	101.615
Efeitos tributários	75.515	(40.945)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	(86.574)	83.962
Efeitos tributários - controladas	34.630	(33.585)
Ajustes acumulados de conversão/outras	(12.440)	(11.226)
Ganhos e perdas atuariais	1.348	-
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	(539)	-
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.390.079	1.811.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DANIELE GOMES
VOSMIO
A30141
081899

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Gualanases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.914.255	391.579	20.258	2.466.025	(203.519)	5.586.607	(577.789)
Dividendos intermediários - exercícios anteriores								
Aumento/redução de capital:								
PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 1.236		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.324		213.965	(213.965)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.436		135.614	(135.614)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.446		22.000	(22.000)	-	-	-	-	-
AGE de 30 de maio de 2023		-	877.473	-	-	-	877.473	-
AGE de 31 de outubro de 2023		-	733.591	-	-	-	733.591	-
AGE de 10 de novembro de 2024		-	(187.150)	-	-	-	(187.150)	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 119		(1.094.960)	-	-	-	-	(1.094.960)	-
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(28.141)	-	-	28.141	-
Outros		-	-	9.535	-	-	9.535	-
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		-	-	-	125.878	-	125.878	-
Ações outorgadas controladora/controladas		-	-	-	(73.298)	-	(73.298)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	100.119	100.119	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	1.711.672	1.711.672	-
Destinação do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	30.583	-	(30.583)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	1.050.290	-	(1.050.290)	-
JCP (R\$ 0,53 por ação)		-	-	-	(366.950)	-	(366.950)	-
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,42 por ação)		-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.679	(103.400)	6.554.728	(822.000)
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 e	-	-	-	(822.000)	-	-	-
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.082		1.611.064	(1.611.064)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.094		(187.150)	187.150	-	-	-	-	-
AGE de 31 de outubro de 2024		-	35.000	-	-	-	35.000	-
AGE de 27 de dezembro de 2024		-	140.500	-	-	-	140.500	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 c	-	-	(2.963)	-	-	2.963	-
Outros		-	-	1.090	-	-	1.090	-
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 f	-	-	-	133.270	-	133.270	-
Ações outorgadas controladora/controladas	25 f	-	-	-	(116.571)	-	(116.571)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	25 b	-	-	-	-	(176.847)	(176.847)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	1.566.917	1.566.917	-
Destinação do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	78.346	-	(78.346)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	931.999	-	(931.999)	-
JCP intercalares (0,21 por ação)	25 e	-	-	-	(459.535)	-	(459.535)	-
Dividendos mínimos e complementares (0,42 por ação)	25 e	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.834.799	1.75.500	(223)	3.226.723	(280.247)	6.756.552	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.566.917	1.711.672
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	243.589	196.326
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(12.348)	(4.454)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1.781	1.442
Provisões técnicas - seguros e resseguros	774.424	1.139.345
Resultado de equivalência patrimonial	(301.098)	(519.865)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	357.311	(1.394.804)
Créditos das operações com seguros	(1.044.474)	(1.029.358)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	26.072	(20.707)
Créditos tributários e previdenciários	(54.870)	39.811
Ativo fiscal diferido	(156.777)	(42.915)
Despesas antecipadas	5.635	(42.967)
Depósitos judiciais e fiscais	(46.559)	(58.017)
Outros ativos	(183.235)	(248.793)
Impostos e contribuições	535.888	519.657
Outras contas a pagar	148.674	703.337
Débitos das operações com seguros e resseguros	141.176	82.474
Depósitos de terceiros	(4.032)	45.349
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	53.686	250.813
Provisões judiciais	47.709	62.183
Passivos de arrendamento	(8.757)	(1.217)
Outros passivos	(52.488)	384.146
Caixa gerado/consumido pelas operações	400.000	423.251
Recuperação de dividendos e JCP	(550.348)	(539.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.926)	(22.852)
Juros sobre captação de recursos pagos	2.075.208	820.522
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.075.208	820.522
Atividades de investimento		
Aumento/redução de capital - controladas	(147.158)	-
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	842	30.533
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(99.870)	(97.019)
Intangível	(227.081)	(196.262)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(473.207)	(262.748)
Atividades de financiamento		
Captação de recursos	120.000	-
Distribuição de dividendos e JCP	(1.312.605)	(1.129.897)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(107.262)	(14.827)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.299.867)	(1.111.524)
Aumento/redução líquida(a) de caixa e equivalentes de caixa	302.134	(567.750)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110.655	697.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	412.789	110.655

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Gualanases, 1.238 - Campos Eliseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de subsidiárias e representantes em todo o território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob o símbolo PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição societária (*):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	99,00%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro S.A.	0,1%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,6%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	41,0%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	32,9%
Itaúseg Participações S.A.	18,3%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Roaeg Empreendimentos e Participações S.A.	0,4%
Itaú Seguros S.A.	0,2%
Ações em circulação	99,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	32,9%
Jaime Brasil Garfinkel	30,5%
Causa de Campos Garfinkel	18,3%
Ana Lúcia Campos Garfinkel	26,4%
Roaeg Empreendimentos e Participações S.A.	62,4%
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Itaú Unibanco S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	51,7%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	39,3%
Itaúseg - Investimentos Itaú S.A.	9,0%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, o somatório delas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Dessa forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e moeda observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou adquirentes que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, atuando, inclusive, sobre outros sob estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua análise até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliar o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma altera alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados às provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, institui que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por resseguro individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referida em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados a cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, a necessidade de constituição de eventuais reduções, a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 ter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

- (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR): São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA): São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mensurar o fluxo de caixa controlado quanto pela venda de ativos financeiros.

Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mensurar o fluxo de caixa controlado. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Novas classificações - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificadas no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões técnicas, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregados entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os saldos são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de liquidação/ativação de saldos após o pagamento de sinistral.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrentes da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.1.3.2 e 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxo de caixa controlado, constituindo apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa controlados, constituindo apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de seguros, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis de seus custos em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação

continua →

DANIEL
GOMES
YOSHIDA
3014108
1899



Esta publicação é certificada pelo Estadão, o
hoje publicada na página de Relato do
Investidor do Estadão RJ.
Sua autenticidade pode ser confirmada no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://investidor.estadão.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaiunases, 1238 – Campos Eliseos – CEP 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pública, a Companhia estende o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações cotizadas contra títulos e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada e renúncia do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, criadas das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.5 ATIVOS DE RESEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os selos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicável, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também é utilizada em consideração dos fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras do SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locais de terrenos para a construção dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teria sido incorridos.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com avaliação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são adicionados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado corrente incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residência e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as partes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de provisão utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas ativas.

Não é aplicado o princípio de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios dos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujas ordens, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" da para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo proporcionar a parcela deste, correspondente ao período de risco a decorrer oriundo a partir do data base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos não emitidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e liquida de cossseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avaliados (IBNEF), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avaliados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNEF é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avaliados (IBNEF) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avaliados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com a aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com os sinistros. A provisão de despesas inclui custos de advogados e não advogados, relacionados à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme sua perfil de liquidações.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para os ativos dos contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de

encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima do R\$ 240 mil anuais. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributáveis de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos e conforme suas expectativas de realizações. A provisão para contribuição social é calculada a alíquota vigente de 15%.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os lucros são calculados no resultado líquido com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros

(ii) da realização dos títulos diferidos

(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais

(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment")

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que podem ser consideradas no cálculo dos passivos de seguros, tais como: liquidações em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estas duas áreas representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os investimentos, incluindo os prêmios a longo de seguros. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais esperados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam gerar a constatação de perdas por "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCALIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por isso, razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Para definir os riscos como aqueles que afetam os objetivos do Grupo Porto, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio delas que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos do direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorre primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (ressseguro proporcional) ou de acordo com o contrato de resseguro (ressseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JUCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do limite obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre lucros, que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesse caso, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de

ativos futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição de obrigações.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrência), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são ajustados através de premissas estatísticas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.6). Nesse contexto, as motivações e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos sinistrais, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicável, são estimados índices de alienação monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tabuadas biométricas. Os fluxos de caixa são lançados a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETJ), elaborada pela SUSEP de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 49,1% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi de R\$ 1.120,287 mil. A soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNEF.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados a soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para os ativos dos contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de

encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima do R\$ 240 mil anuais. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributáveis de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos e conforme suas expectativas de realizações. A provisão para contribuição social é calculada a alíquota vigente de 15%.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os lucros são calculados no resultado líquido com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros

(ii) da realização dos títulos diferidos

(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais

(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment")

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que podem ser consideradas no cálculo dos passivos de seguros, tais como: liquidações em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estas duas áreas representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os investimentos, incluindo os prêmios a longo de seguros. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais esperados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam gerar a constatação de perdas por "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCALIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por isso, razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Para definir os riscos como aqueles que afetam os objetivos do Grupo Porto, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio delas que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.988.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Eliseos - CEP 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam qual são os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requisitos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar a monitorar o Apele ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destacamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 95,2% (96,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impairment".

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação desses riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguros da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "rating" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destacamos que a contratação de resseguro leve em consideração as necessidades dos produtos quanto à estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's".

Local: Categoria de risco Dezembro de 2024 Desemb. de 2023

Classe: A- 2.887 14.243
BB- 5.366 2.470
AAA- 6.056 7.409
AA+ 2.935 3.553

Admitida: A+ 1.132 597
AA- 34 8.132
AA+ 32.330 34.189

2.2 Recebíveis de resseguro

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas no não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como o cálculo de ativos garantidores, com base na projeção dos fluxos de caixa de cada negociação/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prós dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
À vista/sem vencimento.....	829.174	107.151	1.569.787	43.354
Fluxo de 1 a 30 dias.....	1.908.114	660.592	3.567.401	844.726
Fluxo de 2 a 6 meses.....	3.947.644	3.641.515	1.185.308	3.464.340
Fluxo de 7 a 12 meses.....	1.487.799	2.342.857	561.390	2.152.092
Fluxo acima de 1 ano.....	5.472.851	1.431.026	10.941.571	1.106.577
Total	13.645.582	8.203.140	17.845.457	7.611.089

(ii) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-liquidação foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os passivos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxa prevista no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(iii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iv) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o risco dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	54,2%	51,5%
Pré-fixados	34,5%	29,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	7,5%	15,0%
Ações	0,4%	1,2%
Outros	3,3%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão de risco de mercado, a Companhia utiliza a carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimento, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizadas para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (R)
	+50 b.p.	(130.235)
	+25 b.p.	(72.354)
	+10 b.p.	(29.718)
	+10 b.p.	29.718
	+25 b.p.	72.354
	+50 b.p.	130.243
Juros prefixado	-50 b.p.	(365.858)
	+25 b.p.	(200.907)
	+10 b.p.	(85.492)
	+10 b.p.	85.492
	+25 b.p.	200.907
	+50 b.p.	365.858
Índices de preço	+50 b.p.	(2.528)
	+25 b.p.	(1.210)
	+10 b.p.	(1.686)
	+10 b.p.	1.686
	+25 b.p.	2.107
	+50 b.p.	2.528
Juros pós-fixados	+34%	27.282
	+17%	13.641
	+9%	6.821

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários. Resultados que visam a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisão.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia conserva constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações a resultados, semelhança às decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos ativos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes bases-dados, que verificam a aderência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em políticas corporativas de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistralidade:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas no aceitação de riscos e práticas de sinistralidade em conformidade com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para consolidação de cada produto e procedimentos para a aceitação de risco.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitamos as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização do indicador para os passivos, de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco seguro.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições à concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Dezembro de 2024

(i) Não incluem os valores de RVNE e os seguros aceitos/dados nos montantes líquidos de R\$ (39.196) (R\$ 147.788 em 31 de dezembro de 2023).

Dezembro de 2024

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações a resultados, semelhança às decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos ativos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes bases-dados, que verificam a aderência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em políticas corporativas de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistralidade:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas no aceitação de riscos e práticas de sinistralidade em conformidade com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para consolidação de cada produto e procedimentos para a aceitação de risco.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitamos as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização do indicador para os passivos, de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco seguro.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições à concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Dezembro de 2024

(i) Não incluem os valores de RVNE e os seguros aceitos/dados nos montantes líquidos de R\$ (39.196) (R\$ 147.788 em 31 de dezembro de 2023).

Dezembro de 2024

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

Dezembro de 2023

continua



Alvarado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899

Esta publicação é certificada pelo Estádão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor - Estádão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadon.com.br/relacao-com-o-investidor>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Galanases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis.

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	27.138	13,7%	33.062	18,6%
2º mês	14.559	42,3%	15.548	43,1%
3º mês	9.065	19,4%	8.501	17,8%
4º mês	6.947	7,1%	6.252	4,9%
5º mês	5.735	3,4%	4.884	3,2%
6º mês	4.764	2,6%	3.986	2,2%
7º mês	3.982	1,5%	3.304	1,4%
8º mês	3.519	1,1%	2.102	0,9%
9º mês	3.091	1,0%	2.711	0,8%
10º mês	2.711	0,8%	2.441	0,6%
11º mês	2.486	0,5%	2.184	0,6%
12º mês	2.333	0,5%	1.878	0,5%
13º ao 18º mês	9.604	0,4%	7.987	0,4%
19º ao 24º mês	5.655	1,9%	3.958	1,8%
25º ao 30º mês	2.778	1,2%	1.672	0,8%
Após o 30º mês	611	2,6%	580	2,2%
Total	104.981	100%	102.380	100%
Circulante	86.333		89.242	
Não circulante	18.648		14.138	

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	102.380	98.155
Constituições	6.317	4.225
Reversões	(3.716)	—
Saldo final	104.981	102.380

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxas de depreciação		
(% a.a.)		
Dezembro de 2024		
Dezembro de 2023		
Saldo inicial	102.380	98.155
Constituições	6.317	4.225
Reversões	(3.716)	—
Saldo final	104.981	102.380

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo em 31 de dezembro	348.450	267.629
Resultado líquido	(15.098)	(338.000)
Dividendos	—	(59.842)
Ajuste de valor	267.629	107.500
Amortização	(25.684)	(21.577)
Remuneração em ações	—	—
Outros (III)	—	(136)
Saldo em 31 de dezembro	99.541	12.002
Combinação de negócios (I)	963.035	—
Saldo em 31 de dezembro	2.860.059	301.098

(I) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A. Decorrente da reorganização societária em 2023, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

(II) Referem-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2022, adotada a partir de janeiro de 2024 conforme indicado na nota explicativa nº 2.6.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO AGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS DEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrair o valor de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovadas pela Administração e elaboradas para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas de mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados a taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

16. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxas de depreciação		
(% a.a.)		
Dezembro de 2024		
Dezembro de 2023		
Edificações (*)	2,4	10,625
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	203,715
Terranos	1,682	1,682
Informática	20,0 a 33,3	607,923
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	62,506
Rastreadores	100,0	3,249
Equipamentos	10 a 14,3	31,638
Veículos	20 a 25,0	8,255
Total	929.593	(623.799)

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	10.412	10.412
Aquisições	15.947	(286)
Despesas de depreciação	(286)	(12.625)
Transferências	—	1
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	124.691	127.728
Edificações (*)	124.691	127.728
Benefícios em imóveis de terceiros	15.947	(286)
Terranos	1.682	1.682
Informática	137.383	81.196
Móveis, máquinas e utensílios	—	(13)
Rastreadores	2.051	2.727
Equipamentos	—	(7)
Veículos	937	(18)
Total	277.156	99.870

17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxas de amortização		
(% a.a.)		
Dezembro de 2024		
Dezembro de 2023		
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.490.300	1.490.300
Aquisições	227.081	(1.827)
Despesas de amortização	(1.827)	(156.597)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	1.503.288	1.331.876

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.490.300	1.490.300
Aquisições	227.081	(1.827)
Despesas de amortização	(1.827)	(156.597)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	1.503.288	1.331.876

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo em 31 de dezembro	95.408	81.990
Novos contratos, baixas e cancelamentos	3.098	(16.516)
Despesas de depreciação	(16.516)	—
Saldo em 31 de dezembro	81.990	65.474

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automotivo	1.143.589	1.052.874
Patrimonial	396.534	343.314
Riscos financeiros	236.293	190.557
Pessoas	158.697	157.314
Outros	24.102	21.931
Total	1.959.225	1.765.990
Circulante	1.832.152	1.667.602
Não circulante	127.073	98.388
O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição difere de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.		

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.765.990	1.517.197
Constituição	3.404.419	3.065.532
Apropriação para despesa	(3.211.184)	(2.816.739)
Saldo final	1.959.225	1.765.990

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (*)	610.906	584.962
Taxa de crescimento	424.208	407.524
Processos judiciais com adesão ao REPS (*)	23.591	20.126
Sinistros	2.368	2.221
INSS	58.376	58.057
Outros	1.119.449	1.072.900

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo em 31 de dezembro	120.000	120.000
Atualização monetária	1.335	19.322
Liquidação/reversão	(11.787)	(131.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.497	163.473

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa de desconto	12,87%	13,23%
Taxa de crescimento	3,60%	3,51%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constatação de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos dessas alíneas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total de ativos	6.234.044	5.838.360
Total de passivos	3.277.742	4.854.365
Total de resultados (I)	2.956.302	973.995
Porto Vida	6.234.044	5.838.360
Azul Seguros (I)	4.395.576	3.277.742
Porto	2.160.989	1.891.711
Capitalização	254.259	181.931
Itaú Auto e Residência (I)	181.931	101.539
Equivalência patrimonial	13.044.878	11.189.764
Equivalência econômica	6.201.446	301.098
Saldo em 31 de dezembro de 2024	301.098	453.378

(I) Para 2023 os saldos de Azul Seguros e Itaú Auto e Residência estão demonstrados a partir de maio de 2023, data em que passaram a ser controladas pela Porto Cia.

18. CONTAS A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	250.714	327.353
Participação nos lucros a pagar (I)	238.064	206.663
Provisão de benefícios a empregados	100.928	90.578
IOF a recolher	39.801	32.157
Honorários a pagar	2.522	2.608
Outros	51.448	26.179
Total	683.477	885.538
Circulante	642.750	823.975
Não circulante	140.727	122.735

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

(I) Os pagamentos são efetuados em fevereiro e abril.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
ICF	432.780	362.106
INSS e FGTS	53.579	32.683
IRRF	44.628	35.324
ISS	6.845	7.055
Outros	5.531	5.636
Total	543.363	443.804

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Empréstimos bancários (I)	163.473	155.290
Arrendamentos (II)	3.497	13.343
Total	166.970	168.633
Circulante	99.777	158.711
Não circulante	67.193	10.928

(I) Vide nota explicativa nº 19.1.

(II) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPCE (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor				Venci-	Remuneração	Dezembro	Dezembro
Principal	Instituição	Emissão		mento	(a.a.)	de 2024	de 2023
120.000	ITAÚ	2024		2027	1,37% CDI (*)	128.825	114.453
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%		11.994	10.615
9.000	BRASESCO	2022	2026	100% CDI + 1,24%		11.869	10.462
8.135	BRASESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%		10.785	9.507
7.537	BRASESCO	2021	2024	100% CDI + 2,10%		—	10.253
					Total	163.473	155.290

(*) A Companhia reconstruiu o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R\$ 2,4% do CDI.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.949	155.290	169.239
Aquisição/constituição	—	120.000	120.000
Atualização monetária	1.335	19.322	20.657
Liquidação/reversão	(11.787)	(131.129)	(142.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.497	163.473	166.970

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Vencidos de 1 a 30 dias	50.500	50.500
Vencidos de 31 a 90 dias	50.500	54.532
Vencidos de 91 a 120 dias	50.500	54.532
Total	151.500	159.564

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Corretores de seguros e resseguros	631.192	530.814
Operações com resseguros	90.843	83.819
Operações com seguradoras	21.768	12.885
Prêmios a restituír	21.780	10.989
Outros débitos operacionais	55.847	41.747
Total	821.430	680.254

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	614.884	506.631
Vencidos até 30 dias	11.162	15.401
Vencidos 31 a 60 dias	1.855	2.405
Vencidos 61 a 120 dias	1.280	3.320
Vencidos acima de 120 dias	2.011	3.247
Total	631.192	530.814

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bruto de Lquido de resseguro	9.463.312	9.401.508
Bruto de Lquido de resseguro	1.897.654	1.830.785
Provisão de prêmios não ganhos	384.483	348.530
Sinistros e benefícios a liquidar	141.656	122.600
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	11.887.105	11.722.281
Demais provisões	10.892.524	10.036.659
Circulante	1.194.581	1.022.036
Não circulante	—	—

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESEGUROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.668.837	170.189
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.828.020	14.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(188.585)
Aviso de sinistro	7.261.638	98.350
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.583.763)	(39.216)
Atualização monetária e juros	31.734	(3.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.052.995	190.898
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.941	141.021
Diferimento pelo risco decorrido	(15.258.063)	(134.618)
Aviso de sinistro	8.360.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.296.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	5.815
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.897.105	164.824

continua →

DANIELE

GOMES

YOSHIDA-30

141081899

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A).....	11.887.105	11.056.995
Direitos creditórios (i).....	6.405.603	5.456.687
Custos de aquisição de direitos pagos	1.425.852	1.270.572
Operações com resseguros.....	131.072	158.750
Depósitos judiciais e PSL.....	7.596	3.853
Fundos e reservas retidos pelo IRB.....	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B).....	8.032.624	8.480.413
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B).....	3.854.481	2.576.582
Títulos de renda fixa - públicos.....	1.076.218	1.746.737
Quotas de fundos de investimento.....	3.585.527	3.254.798
Total de ativos oferecidos em garantia (D).....	4.661.745	5.001.535
Excedente (D - C).....	807.264	811.943

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

23.1 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tabelas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos fatos até os pagamentos, as contas influentes de salvatagem e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados.

											Dezembro
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Bruto de resseguro											
Administrativo - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	3.226	3.450	4.000	4.164	4.653	4.005	5.118	6.784	6.441	8.123	
Dois anos mais tarde.....	3.289	3.493	4.057	4.211	4.732	4.139	5.285	7.076	6.789	-	
Três anos mais tarde.....	3.296	3.499	4.063	4.227	4.750	4.154	5.309	7.130	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	3.297	3.501	4.068	4.232	4.754	4.174	5.325	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	3.298	3.503	4.068	4.234	4.756	4.182	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	3.301	3.504	4.069	4.235	4.758	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	3.301	3.505	4.069	4.244	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	3.301	3.504	4.063	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	3.301	3.505	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	3.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	3.301	3.505	4.063	4.244	4.739	4.182	5.325	7.130	6.789	8.123	
Bruto de resseguro											
Administrativo - pagos											
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	2.919	3.105	3.529	3.694	4.154	4.496	4.386	5.367	6.445	6.569	
Dois anos mais tarde.....	2.922	3.493	4.041	4.209	4.728	4.158	5.281	7.037	6.684	-	
Três anos mais tarde.....	3.303	3.504	4.054	4.226	4.751	4.179	5.293	7.077	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	3.307	3.506	4.060	4.232	4.757	4.185	5.303	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	3.308	3.509	4.063	4.233	4.760	4.175	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	3.314	3.510	4.063	4.234	4.735	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	3.315	3.510	4.065	4.235	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	3.315	3.513	4.060	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	3.315	3.505	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	3.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	3.301	3.505	4.066	4.235	4.735	4.175	5.303	7.077	6.684	6.569	
Bruto de resseguro											
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	30	30	32	38	45	45	66	65	59	177	
Dois anos mais tarde.....	36	48	63	65	69	94	118	97	141	-	
Três anos mais tarde.....	57	66	76	84	86	107	125	124	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	63	74	88	92	92	106	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	69	80	85	87	109	116	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	73	84	87	-	-	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	76	88	89	107	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	77	83	87	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	77	82	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	80	82	87	107	117	118	136	124	141	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77	85	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos mais tarde.....	66	77	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde.....	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações.....	70	77	85	102	115	110	136	126	146	177	
Judicial - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	25	21	31	35	38	42	75	67	61	177	
Dois anos mais tarde.....	26	41	61	65	66	89	117	99	146	-	
Três anos mais tarde.....	45	58	75	79	83	101	124	126	-	-	
Quatro anos mais tarde.....	52	64	86	88	80	102	136	-	-	-	
Cinco anos mais tarde.....	57	69	83	91	106	110	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde.....	62	74	84	100	115	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde.....	65	80	88	102	-	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde.....	67	77									

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Gualanases, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R\$ 50.523 (R\$ 442.177 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção das participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 2.551.363 (R\$ 2.441.364 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REPS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2017 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 125% calculados sobre o lucro líquido do exercício. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (lucro dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos a conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo.

	Valor Aprovado
Dividendos (reserva de lucros)	
30 de janeiro de 2024	122.000
29 de fevereiro de 2024	240.000
28 de março de 2024	120.000
28 de maio de 2024	50.000
23 de junho de 2024	20.000
30 de julho de 2024	150.000
29 de agosto de 2024	120.000
Total	822.000
JCP (destinação lucro 2024)	
28 de março de 2024	63.431
28 de junho de 2024	63.138
27 de setembro de 2024	151.470
28 de dezembro de 2024	112.566
Total	390.605
Dividendos (destinação lucro 2024)	
29 de agosto de 2024	100.000

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	1.568.917	1.711.672
(i) Reserva legal - 5%	(78.346)	(30.583)
Realização da reserva de reavaliação	2.963	28.141
Resultado básico para determinação do dividendo	1.493.534	1.709.230
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	373.384	427.308
JCP distribuído - líquido (*) (a)	390.605	31.138
Dividendos complementares (ii)	100.000	292.000
Total de dividendos e JCP (a + b)	493.989	660.598
Total por ação (R\$)	0,7016	0,8517
Quantidade de ações	709.092.696	709.092.696

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquidos de imposto (15% de IR).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substitui o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os diretores já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações;

(2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento da remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de negociação das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	139.905	87.325
Distribuição do exercício	133.270	125.878
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(118.571)	(73.268)
Saldo final	154.604	139.905
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	30,93	28,92
Quantidade	4.998	4.836
Saldo inicial	3.313	2.009
Distribuição do exercício	3.012	4.380
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(4.057)	(2.071)
Saldo final	3.999	4.314

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Prêmios emitidos	7.351.860	7.357.790
Prêmios ganhos	7.357.790	7.351.860
Automóveis	1.547.080	1.369.524
Resp. civil facultativa veículos	1.088.628	1.021.211
Demais - automóveis	758.512	763.652
Compreensivo empresarial	1.017.321	868.007
Vida individual e grupo	637.744	631.920
Finança localidade	1.190.789	1.026.723
Demais - vida	436.820	420.188
Compreensivo residencial	263.117	263.192
Demais - patrimonial	67.206	63.361
Demais - transportes	475.934	462.055
Demais - rural	16.948.941	16.258.063
Demais ramos	48,7	23,3

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Prêmios emitidos	7.351.860	7.357.790
Prêmios ganhos	7.357.790	7.351.860
Automóveis	1.547.080	1.369.524
Resp. civil facultativa veículos	1.088.628	1.021.211
Demais - automóveis	758.512	763.652
Compreensivo empresarial	1.017.321	868.007
Vida individual e grupo	637.744	631.920
Finança localidade	1.190.789	1.026.723
Demais - vida	436.820	420.188
Compreensivo residencial	263.117	263.192
Demais - patrimonial	67.206	63.361
Demais - transportes	475.934	462.055
Demais - rural	16.948.941	16.258.063
Demais ramos	48,7	23,3

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Bruto de líquido de resseguro	Bruto de líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(724.716)	(728.423)
Provisão de riscos não expirados	(8.634)	(8.634)
Outras provisões	(53.071)	(53.071)
Total	(886.421)	(890.128)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Sinistros avisados - administrativo	(6.892.917)	(6.892.917)
Porto Socorro	(1.506.033)	(1.332.272)
Sinistros avisados - judicial	(140.648)	(66.377)
Salvados	791.921	638.290
Ressarcimentos	287.044	289.276
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(44.037)	(54.795)
Outras despesas com sinistros (i)	(416.253)	(364.787)
Total	(7.923.977)	(7.450.013)

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc.).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Comissões sobre prêmios relativos	(3.841.879)	(3.442.896)
Outras despesas de comercialização (**)	(140.296)	(110.412)
Variação das despesas de comercialização diferidas	194.949	248.793
Total	(3.787.225)	(3.304.487)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1).

(**) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pro-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Correção	(89.370)	(72.485)
Encargos sociais	(33.076)	(31.123)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.544)	(12.871)
Benefícios concedidos a segurados	(18.129)	(18.613)
Assistência	(19.502)	(14.587)
Dispositivo anti-furto	(10.349)	(13.340)
Provisões civis	(15.191)	(20.366)
Honorários advocatícios	(9.405)	(7.224)
Outras	(11.774)	(25.222)
Total	(217.397)	(215.833)

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.643.797)	(1.653.378)
Serviços de terceiros	(975.634)	(647.213)
Localização e funcionamento	(14.569)	(368.975)
Publicidade	(133.403)	(121.344)
Doações e contribuições	(37.000)	(32.000)
Despesas recuperadas	1.177.738	915.002
Outras	(305)	(60.513)
Total	(2.037.060)	(1.919.313)

Contempla rateio e repasses dos gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas.

O detalhamento está demonstrado na nota 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
COFINS	(360.516)	(354.639)
PIS	(58.584)	(57.630)
Outras	(18.699)	(14.269)
Total	(437.799)	(426.537)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	308.065	429.213
Operações de seguros	114.633	83.721
Variações monetárias dos depósitos judiciais	46.512	57.420
Outras	84.409	47.819
Total de receitas financeiras	533.619	518.173
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(68.412)	(48.112)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(51.703)	(25.933)
Operações de seguros	(63.565)	(31.734)
Despesas com empréstimos bancários	(22.647)	(22.293)
Juros de arrendamento	(15.271)	(15.466)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(4.416)	(42.690)
Outras	(41.209)	(42.690)
Total de despesas financeiras	(268.222)	(186.128)
Resultado financeiro	265.397	332.045

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição

variável e outro de contribuição definida. Esses planos seguem os critérios do CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulatória, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o enquadramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante, e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram no Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 4.844 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 23.605 em 31 de dezembro de 2024.

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	91.578	71.177
Custo dos benefícios	5.109	3.634
Custo de juros	9.483	8.532
Benefícios pagos	(14.706)	(12.637)
Custo atuarial sobre a obrigação	(2.050)	(2.732)
Outros	12.514	(861)
Saldo final do passivo	100.928	90.578

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação média (a.a.)	4,00%	4,07%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratado pela Porto Saúde;

(iii) Serviços de monitoramento de DAF elaborados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Condição de utilização do meio de pagamento cartão de crédito e arranjo de pagamento pela Portoseg;

(v) Prestação de serviços de "call center" contratados pela Porto Atendimento;

(vi) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vii) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobilize; e

(viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	De 2024	De 2023
Ativo		
Portoseg (i)	1.716.808	1.501.464
Azul Seguros	38.334	38.936
Porto Saúde	15.309	13.463
Porto Condição	10.234	9.094
Porto Atendimento	7.234	5.666
CDF S.A.	6.687	1.596
Porto Vida e Previdência	2.267	3.611
Itau Auto e Residência	2.079	1.281
Porto Capitalização	1.758	6.507
Porto Assistência (ii)	6.785	6.567
Demais	1.808.008	1.587.962
Total	1.808.008	1.587.962

Passivo

	994	2.048
(i) O saldo está contido no montante de prêmios a receber.		
(ii) A Porto Assistência foi incorporada pela CDE S.A. em fevereiro de 2024.		

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaranês, 1238 - Campos Elíseos - CEP. 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor PresidenteLUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing,
Clientes e DadosRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de ControladoriaMARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da InformaçãoIZAK RAFAEL BENADERET
DiretorPAULO SÉRGIO KAKINOFF
CEO SegurosMARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios FinanceirosADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e RiscosCARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Seguros de PessoasLUIZ VICENTE GUARANHIA LAPENTA
DiretorPATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - SegurosLENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-PresidenteJARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Ramos ElementaresMARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
DiretorCELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro,
Controladoria e InvestimentosSAMI FOQUEL
Diretor Vice-PresidenteJAIME SOARES BATISTA
Diretor Produto AutomóvelPATRICIA QUIRICO COMBRA
Diretor de Gente e CulturaNELSON SANTOS AGUIAR
DiretorDOMINGOS DE TOLEDO PIZA PALAVINA
DiretorTIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 256783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuarista - MBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 22, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.887.105 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e encoberto, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na consolidação de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas correntes e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, (i) envolvimento dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuantes para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequação registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Âmbito de tecnologia da informação
A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento dos sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e de registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, as assunções relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossas obrigações são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades ou informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das

demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um valor selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa (se) valores fixados (pelo auditor, menores) ao considerarmos relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para resultar a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores independentes S/S Ltda.
CRC-SP/034519/O
Patrícia de Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP/198827/OEY Shape the future
with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelas bases de dados e respectivas condições internas que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens atuariais relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuária, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais

requerem que a auditoria atuária seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios aprovados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de valores redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuária envolve a execução dos procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dispõem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuária que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

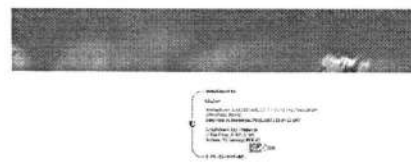
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuária.

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação

econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuária, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os relatórios itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados a Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo de auditoria atuária), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ: 03.801.988/0001-11
Fernanda Gama
Atuarista - MBA 917EY Shape the future
with confidenceDANIELE
GOMES
YOSHIDA-3
014108189
9

Esta publicação é certificada pelo Estadão e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser verificada no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaoenfatos.com.br/publicacoes/>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2024

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	10.809.765
Realizável a Longo Prazo – R L P.....	6.972.912
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.703.268
Ativo Total – AT.....	22.485.945

Passivo

Passivo Circulante – P C.....	12.936.844
Passivo Não Circulante – P N C.....	2.792.549
Patrimônio Líquido – P L.....	6.756.552
Passivo Total – PT.....	22.485.945

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{17.782.677}{15.729.393} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{22.485.945}{15.729.393} = 1,43$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{14.780.276}{12.936.844} = 1,14$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{15.729.393}{22.485.945} = 0,70$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{6.756.552}{15.729.393} = 0,43$$

Nota explicativa:

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2024, (vide nota explicativa nº. 8.4), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**Balanço encerrado em 31 de dezembro 2024**

Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 3.970.511 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081899

Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141081899
Dados: 2025.03.17
13:49:30 -03'00'

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA**

DECRETO MUNICIPAL Nº. 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E
ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO E AGENTE
DE CONTRATAÇÃO CONFORME A LEI Nº.
14.133/21 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE,
ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições que lhe confere
a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Capela
do Alto Alegre/Bahia,

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº. 14.133/2021, no
dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e
Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal nº. 14.133/2021,
dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a
gestão por competências e designar agentes públicos para o
desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei
Federal nº. 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em
virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou
qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato,
cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da
Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8º da Lei Federal nº.
14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de
contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre
servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros da
Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o
trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e
executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom
andamento do certame até a homologação;

Praça Joaquim Machado, 170 – Centro – Fone/fax: (**75) 3690-2222/2221 – CEP 44645-000
Capela do Alto Alegre – Bahia – CNPJ 13.897.111/0001-94
E-mail: prefeituradecapela@yahoo.com





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA**

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal de Capela do Alto Alegre a Comissão de Contratação, composta pelos seguintes servidores, para sob a presidência do primeiro, receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares:

1. **Reila Souza Almeida**, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Licitações e Compras, Decreto nº. 011/2025, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças - PRESIDENTE;

2. **Samuel Feliciano de Souza**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº. 200.818, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - MEMBRO;

3. **Ecicleide Silva dos Santos**, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 200.810, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - MEMBRO;

Art. 2º - Designa a servidora **Reila Souza Almeida**, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Licitações e Compras, Decreto nº. 011/2025, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças - como **Agente de Contratação** para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º - Os membros da comissão de contratação também atuarão como equipe de apoio do agente de contratação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde

Praça Joaquim Machado, 170 – Centro – Fone/fax: (**75) 3690-2222/2221 – CEP 44645-000
Capela do Alto Alegre – Bahia – CNPJ 13.897.111/0001-94
E-mail: prefeituradecapela@yahoo.com





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA**

que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº. 14.133/21, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação.

Art. 5º - Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

- I - conduzir a sessão pública;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
- V - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;

Praça Joaquim Machado, 170 – Centro – Fone/fax: (**75) 3690-2222/2221 – CEP 44645-000
Capela do Alto Alegre – Bahia – CNPJ 13.697.111/0001-94
E-mail: prefeituradecapela@yahoo.com

